

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

170. CAMPINEIRO DE NITERÓI

Quando de meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há cerca de dez anos, tive o alto privilégio de ser recebido no tradicional sodalício fluminense por Nelson Omegna, este grande “campineiro de Niterói” que, em fins do mês passado, viu terminada sua abençoada existência terrena. No discurso que então proferi, recordei a velha amizade que nos ligava. Tive mesmo oportunidade de conhecer seu pai, o rev. Constâncio Omegna, uma das grandes figuras do Protestantismo no Brasil, tendo escrito sobre ele, nesta mesma folha, em 1977, por ocasião do transcurso de seu centenário.

Nascido na antiga capital fluminense em 17 de novembro de 1903, Nelson Omegna veio a falecer uma semana após ter completado 84 anos. Os primeiros estudos, ele os fez em Valença (em colégio fundado pelo pai), vindo pouco depois para Campinas onde realizou sua formação teológica no tradicional Seminário Presbiteriano, então localizado nos altos da rua Doutor Quirino. Seguindo o exemplo paterno, tornou-se pastor, grangeando fama bem merecida de grande orador sacro, dos maiores que o Protestantismo brasileiro já possuiu. A certa altura de sua vida, por circunstâncias que não vêm ao caso, Nelson Omegna trocou o púlpito pela cátedra e o ministério evangélico pelo magistério, pelo jornalismo, pela política e pela pesquisa histórica, áreas em que realizou brilhante carreira. Foi professor de nossa Escola Normal, vereador à nossa Câmara, deputado federal, exercendo, embora por pouco tempo, a função de Ministro do Trabalho; presidiu o Centro de Ciências, Letras e Artes e foi redator deste jornal, no qual continuou colaborando mesmo fora de Campinas.

Encerrando sua carreira política, fixou-se no Rio de Janeiro, onde se tornou um dos membros mais atuantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nossa bibliografia histórica deve-lhe dois importantes livros: **A Cidade Colonial** e **A Diabolização dos Judeus**. O primeiro,

publicado em 1961 na renomada e prestigiosa coleção “Documentos Brasileiros”, da Editora José Olympio, foi reeditado dez anos depois por uma editora de Brasília, mas já não é encontrável nas livrarias e bem faria jus a uma nova edição, pois é dos melhores títulos de nossa historiografia social. Além destes dois volumes — e de mais alguns que publicara quando residente em nossa cidade — deixou Nelson Omegna valiosos trabalhos sobre a história de sua cidade natal, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora ausente de Campinas há muitos anos, nunca deixou de se interessar por esta cidade, que ele prezava tanto quanto a sua Niterói. Aqui sempre contou com dedicados amigos e parentes, aos quais visitava com relativa frequência, sempre que suas condições de saúde o permitiam.

Ao grande “campineiro de Niterói”, esta pálida homenagem de quem muito se orgulha de o ter tido como amigo. 23-12-1987.

*

171. SOB O SIGNO DE GUILHERME DE ALMEIDA

Há pouco mais de dois anos, um grupo de jovens, amantes e cultores da poesia, na cidade paulista de Catanduva, dispôs-se a fundar uma entidade dedicada à arte poética. É significativo que a idéia tenha partido de uma jovem de apenas dezesseis anos, na época estudante de curso secundário. Noticiou pelo jornal local sua intenção, solicitando aos interessados que entrassem em contato com ela. A essa jovem juntaram-se outros, animados do mesmo ideal e isto marcou o início de uma série de reuniões visando à fundação do que se pretendeu inicialmente se chamasse “Casa do Poeta”. Pensando melhor, decidiram-se por “Grupo de Poesia”. Aqui, outra nota bastante significativa: não tiveram a pretensão de se chamar “Academia”, como tem sido tão comum, aviltando, muitas vezes, o verdadeiro sentido da palavra. Não. O grupo de Catanduva teve o bom senso de evitar o pretensioso nome, embora o funcionamento de sua entidade corra nos moldes de uma pequena academia: cadeiras (apenas vinte), com patronos e titulares eleitos. Parece que não se estatuiu a vitaliciedade, o que foi uma boa coisa. Entenderam que, tal como as vinte cadeiras, a própria entidade deveria ter um patrono e para esta alta finalidade escolheram nada menos que Guilherme de Almeida, o campineiro que se tornou o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”.

Seu objetivo, constante logo do artigo inicial dos estatutos, é claro: “A difusão e desenvolvimento da cultura literária, da língua nacional e especialmente da poesia, em todas as suas manifestações”. É seu

presidente o dr. Alcy Gigliotti, ilustre magistrado com função em diversas cidades do Estado e que há muito se encontra radicado em Catanduva.

O mais significativo, contudo, do que aqui se registra, é que o “Grupo de Poesia Guilherme de Almeida” conseguiu — coisa rara neste País — editar uma revista, já com quatro números publicados, contendo notícias da entidade e principalmente colaboração de seus integrantes. Impressiona a quem folher a mesma — aliás, de muito boa apresentação —, a colaboração do elemento jovem da cidade, rapazes e moças. Vários dentre os “titulares” do Grupo não alcançaram os vinte anos e alguns sequer a maioria civil. Mas, parece que lhes interessa mais a maioria literária, e é esta que estão procurando atingir. Isto, realmente é animador.

Para o autor destas linhas, que ocupa na Academia Paulista de Letras a cadeira que pertenceu a Guilherme de Almeida, foi sumamente gratificante tomar conhecimento da existência do “Grupo” de Catanduva, e, mais ainda, por ver entre os seus animadores alguém que foi seu aluno em nossa Universidade Católica: o professor Sérgio Luiz de Paiva Bolinelli. Longa vida e pleno êxito é certamente o que podem desejar todos os que se interessam pelo desenvolvimento da cultura literária. 16-12-1987.

*

172. EXPRESSIVA FIGURA DAS LETRAS MINEIRAS

Inegavelmente, Oiliam José é uma das mais legítimas expressões culturais das Alterosas, membro atuante da Academia Mineira de Letras e autor de obra considerável, não só nos domínios da História (seu campo predileto), mas também nos da Sociologia, da Filosofia e da Literatura. Se ainda não me foi dado o prazer e o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, posso, contudo, gabar-me de um razoável conhecimento de sua obra, que acompanho há vários anos, desde quando, creio que em 1952, publicou a história de sua cidade natal, Rio Branco (depois batizada de Visconde do Rio Branco), importante centro da Zona da Mata mineira, que visitei mais de uma vez, quando aí tinha amigos e colegas, nos tempos já bem recuados em que vivi em Juiz de Fora. Mas, a Oiliam José interessou não apenas o estudo da cidade em que nasceu, mas a história do povoamento da região, e a este respeito é significativo o livro em que trata da figura de Guido Marlière, cidadão francês que se radicou na Mata mineira, onde realizou extraordinária obra como catequista e diretor de aldeamentos e colônias indígenas, notadamente entre os botocudos. Daí, o historiador mineiro chamá-lo de “o colonizador”, que, de fato, ele o foi.

Ressaltaria, ainda, em sua extensa bibliografia, monografias versando a propaganda republicana em Minas, os indígenas no território mineiro, o racismo em Minas Gerais (tema bastante atual) e o excelente estudo sobre Tiradentes (que não poderia faltar na produção de um historiador mineiro...), e que constitui, não apenas no meu entender, mas também no de muitos outros que do livro se ocuparam, o mais sereno e equilibrado estudo sobre a figura do mártir do 21 de Abril, sem os exageros do panegírico, tão freqüentes na maior parte dos autores que dele trataram, e sem o negativismo que caracteriza certos escritores modernos. Seu belo estudo sobre a vítima maior da Inconfidência foi, há pouco, reeditado pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil", na qual se insere como volume 89, da chamada "Nova Série".

Publicou, ainda, Oíliam José (de parceria com Martins de Oliveira) o precioso volume contendo as "Efemérides da Academia Mineira de Letras", do qual safu há cerca de dois anos reedição devidamente atualizada. Ao contrário do que o título poderá indicar aos leitores menos avisados, não se trata de simples repositório do que ocorreu no sodalício mineiro, fundado em Juiz de Fora em 1909 e para a capital transferido em 1915, mas de uma contribuição preciosa, diria mesmo um vasto panorama da cultura mineira nos quase oitenta anos da vida da Instituição. Deixarei para próxima nota uma apreciação sobre o que me parece o mais importante de todos os trabalhos saídos da pena do escritor: seu belo estudo sobre a historiografia mineira, que vem de ser reeditado. (20-01-1988)

*

173. ESTRANGEIROS NO BRASIL NO SÉCULO PASSADO

Talvez por descender de uma família francesa vinda para o Brasil ao tempo de D. João VI, integrando missão artística contratada para fundar no Rio de Janeiro uma Escola de Belas Artes, o Visconde de Taunay interessou-se sempre pela contribuição que os estrangeiros de qualquer nacionalidade pudessem ter dado à cultura brasileira. Muito escreveu sobre o assunto. Interessavam-lhe não apenas os viajantes ocasionais que houvessem visitado o País, mas, particularmente aqueles que nele se houvessem radicado. E ainda alguns que nunca estiveram no Brasil, mas sobre eles escreveram, como o historiador inglês Robert Southey.

Um dos últimos trabalhos que publicou, já ao crepúsculo de sua existência, consistia num arrolamento de **Estrangeiros ilustres e pres-**

timosos que concorreram com todo o esforço e dedicação para o engrandecimento intelectual, artístico, moral, militar, literário, econômico, industrial, comercial e material do Brasil, desde os princípios do século XIX até 1892. O título extenso, mas bastante explícito, consta da publicação original, aparecida em 1895 (quatro anos antes de seu falecimento), integrando o tomo 58, parte 2ª, da preciosa **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, do Rio de Janeiro.

O elenco, como é natural, começava pelos franceses, e dentre estes, como também é natural, pela sua própria família: o avô, Nicolau Antônio Taunay, seu irmão Augusto Maria e seus cinco filhos Augusto Carlos, Hipólito, Félix Emílio, Teodoro e Adriano, todos vindos em 1816. Félix Emílio, que veio a ser o pai do Visconde de Taunay, permaneceu no Brasil quando os demais (menos Adriano, que aqui faleceu) retornaram à França. Consorciou-se com a filha do ministro francês Conde d'Escragnoille, dando, assim, origem à família Escragnoille Taunay, sobrenomes que o futuro Visconde foi o primeiro a usar.

Quase quarenta anos depois (1932), o elenco de estrangeiros elaborado pelo Visconde de Taunay foi tirado em livro, pequeno volume de 126 páginas, da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Afonso de Taunay, que preparou a edição, simplificou-lhe o título para **Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil**, acrescentando ao volume um capítulo sobre um dos franceses mais ilustres de quantos estiveram no Brasil: Louis Couty; e ainda a parte final da biografia de outro francês a quem o Brasil muito ficou devendo: Augusto de Leverger, Barão de Melgaço, nome particularmente vinculado a Mato Grosso. Daí, alguém o ter chamado de "Bre-tão cuiabanizado".

O elenco de Taunay, hoje bastante raro, arrola mais de quatrocentos nomes, das mais variadas nacionalidades: franceses, ingleses, alemães, austro-húngaros, suíços, gregos, dinamarqueses, russos, italianos, belgas, poloneses, holandeses, espanhóis, suecos, portugueses e norte-americanos. Obra que está a merecer uma reedição, se possível complementada e corrigida em alguns poucos enganos em que incidiu seu autor. (03-02-1988)

*

174. ROMANCISTA FRANCÊS NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Em meados do século passado andou pelo Rio de Janeiro o romancista francês Olivier Gloux, que publicou todos os seus livros sob o pseudônimo de Gustave Aimard. Nascido em Paris em 1818, na mesma

cidade faleceu, num asilo de alienados, a 20 de julho de 1883. Embora pouco lembrado hoje, gozou de certa reputação em seu tempo como autor de romances e livros de façanhas exóticas. Teve vida plena de aventuras: menino ainda, navegou em barcos de pesca pelos mares do Norte da Europa; aos 14 anos, veio pela primeira vez à América, vivendo, segundo conta, dez anos entre tribos indígenas do Oeste dos Estados Unidos, nas quais se inspirou para muitos dos seus romances; viajou depois pela Espanha, pela Turquia e pelo Cáucaso e só depois destas andanças foi que se decidiu a retornar à sua terra, começando a publicar seus livros, cujas edições pela conhecida casa Amyot lhe foram facilitadas pelo casamento.

Gustave Aimard esteve duas vezes no Rio de Janeiro, a primeira em 1852 e a segunda provavelmente no fim da década de 70. Não teve oportunidade de ver impresso seu relato da viagem ao Brasil, que só após seu falecimento pôde ser publicado. E fez jús a duas edições, uma em 1886 e outra de 1888, sendo esta última profusamente ilustrada por Fernand Besnier. E. Dentu, de Paris, foi o editor de ambas. **Mon dernière voyage: le Brésil nouveau** é o título de seu livro.

O que escreveu é bastante simpático ao nosso País, embora não seja das peças mais importantes de nossa xeno-bibliografia. Ao finalizar seu livro, datado de 19 de julho de 1882, informou que visitaria diversas províncias do Brasil depois de ter estado no Rio de Janeiro. Não se sabe se de fato o fez, pois seu relato cuida apenas da Capital do Império.

“Em suas páginas há acentuada marca de benevolência para com o Brasil e os brasileiros”, diz Afonso de Taunay, que lhe resenhou o livro. E com visível pendor de imparcialidade, pois o romancista teve não poucos momentos de aborrecimento. O que escreveu de D. Pedro II, as impressões por vezes muito elogiosas decorrentes da visita a vários estabelecimentos oficiais fluminenses, mostram que ao redigir seu **Brésil nouveau**, animava-o acentuado espírito de imparcialidade, salvo quanto às coisas de religião, que sempre tratou com maior melevolência devido ao seu ferrenho anti-clericalismo.

A obra de Gustave Aimard jamais foi traduzida para a nossa língua; mas o historiador Afonso de Taunay fez dela excelente resenha comentada, que publicou em seis artigos no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, em 1944 e 45, artigos estes posteriormente reproduzidos em seu livro **No Rio de Janeiro de D. Pedro II**, págs. 117 a 200, publicado pela Agir, em 1947. Assim, graças a Taunay, podemos dispor de Aimard, como se seu próprio texto estivesse traduzido. (13-01-1988)

175. VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO

Os leitores mais idosos certamente se lembram de que outrora existia em Campinas, na parte central da cidade, uma via pública em cujas placas se lia a data que tomo para título desta nota: "Rua 24 de Fevereiro". E a rua que atualmente tem o nome do dr. Ernesto Kuhlmann. Rua pequena, de apenas três quadras, indo da 13 de Maio até o Largo do Mercado, mas muito importante pelo seu intenso comércio. A data recordava a primeira constituição republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, e que vigorou durante toda a chamada "Primeira República", só vindo a ser derogada após o movimento revolucionário que eclodiu no País em 1930. Alguns anos depois, a municipalidade entendeu que não fazia sentido existir uma via pública comemorativa de uma constituição que não mais vigorava, e daí a substituição pelo nome do dr. Ernesto Kuhlmann, professor ilustre de nosso antigo Ginásio do Estado e que havia pouco falecera.

Na época, embora ainda bastante jovem, já iniciava minha colaboração na imprensa campineira e me recordo de haver escrito contra a mudança. Não que fosse contrário à homenagem ao dr. Kuhlmann, é claro, mas entendia que o seu nome poderia ser dado a uma das muitas ruas novas que estavam sendo abertas e ainda sem denominação. Assim, não se sacrificaria uma data histórica, de tanta significação que chegou a ser feriado nacional e o foi durante toda a "Primeira República". É certo que a partir de 1930 a Constituição de 1891 deixou de vigorar, mas isto não tira seu significado histórico, pois, de fato, ela marcou uma época em nossa evolução política. Em São Paulo, por exemplo, existe a rua 25 de Março, que evoca a Constituição imperial de 1824. Nunca se pensou em substituir seu nome simplesmente porque a República tornou sem efeito a Constituição do Império, aliás, a mais duradoura (quase setenta anos!) de nossa História.

É claro que, apesar de meu protesto, a substituição foi feita, e pouca gente de hoje sabe que a rua Dr. Ernesto Kuhlmann um dia se chamou 24 de Fevereiro. Mas, não me conformei com a ausência, na planta de Campinas, de uma via pública evocando a primeira Constituição republicana. Chegou o dia de reparar a lacuna: quando integrei a Comissão de Nomenclatura de Vias Públicas, propus o nome de 24 de Fevereiro para alguma rua da cidade. Vi minha proposta aprovada e transformada em ato pelo Executivo, atribuindo a data a uma pequena rua, de apenas uma quadra, na Vila Castelo Branco. E fiz o mesmo com a data de 25 de março e que lá também se encontra, numa rua paralela. Estão ali, portanto, evocadas as duas primeiras Constituições do Brasil.

Enquanto no Império e na Primeira República as Constituições era comemoradas, com suas datas assinaladas como feriados nacionais, após 1930 ninguém mais "ligou" para as Constituições e pouca gente sabe as datas das cinco ou seis que em menos de cinquenta anos a República já teve... (24-02-1988)

176. A PROPÓSITO DE HISTORIOGRAFIA

“Sombria e lamentável tem sido a geral ausência de estudos historiográficos no Brasil e em Minas Gerais. Tais dimensões assume essa ausência, que, sem temer contestação, pode-se acolher a afirmativa de que ainda está por concretizar, em nosso País, a laboriosa missão da Historiografia.” Com este pensamento, expresso numa das primeiras páginas do livro publicado em 1959, o historiador Oiliam José, de cuja contribuição às letras históricas cuidei em nota anterior, sentiu-se muito à vontade para escrever uma obra tratando da historiografia mineira.

Reeditando seu livro quase trinta anos depois, pôde constatar: “Já se faz considerável o número de teses e estudos incluídos em publicações periódicas e cuidando de temas ligados à Historiografia”. Reivindica para si e para Francisco Iglésias o pioneirismo neste campo, nas Minas Gerais. Com vantagem para Oiliam José, pois seu livro é “amplo, geral e irrestrito” (como está em moda dizer-se), enquanto que o de Iglésias se atém à historiografia econômica.

A ausência “sombria e lamentável” a que o historiador mineiro se refere não deixa de ser real, no que tange a obras de conjunto. Estudos particularizados sobre determinados historiadores, temo-los muitos e excelentes: José Honório Rodrigues e Lycurgo de Castro Santos Filho, para Vamhagen; Saraiva Câmara, para Capistrano de Abreu; Maria de Lourdes Janotti, para João Francisco Lisboa; o próprio Iglésias, para Rodrigues Lapa, e alguns mais. Quanto aos estudos de conjunto, realmente contam-se nos dedos: José Honório, Stanley Stein, Pedro Moacyr Campos... Afinal, historiografia não deve ser apenas um rol de nomes de historiadores, com ligeiros traços biográficos e o elenco o mais completo possível do que cada um escreveu. Isto, por importante que seja, está longe de ser o “tudo”. Senti de perto o problema. Quando criei a **Notícia Bibliográfica e Histórica** e nela, em todos os números, uma seção dedicada a “Vultos da Historiografia Brasileira”, na qual já tratei de mais de uma centena de historiadores, deixei bem claro que tudo quanto pretendia fazer não deveria ser visto senão como ponto-de-partida para estudos mais profundos que pudessem servir de subsídios para uma futura Historiografia Brasileira. E foi uma pena — entre tantas coisas dignas de lamentação — que José Honório Rodrigues não chegasse a concluir sua grande obra sobre a **História da História do Brasil**.

O mérito da **Historiografia Mineira**, de Oiliam José está precisamente em cuidar mais do sentido das obras que dos autores propriamente ditos e em abrir um leque enorme para todas as áreas do conhecimento que possam ser abrangidas pela Historiografia. Mas, faz uma advertência bastante séria que eu gostaria fosse meditada por todos os historiadores: “Se as ciências auxiliares oferecem preciosa contribuição ao estudo histórico, é mister cuidar de não permitir que elas substituam a História”. (27-01-1988)

